

Relatório de Pesquisa – SICONFI

Visando instrumentalizar os Municípios brasileiros na adequação aos novos padrões contábeis, entre outubro de 2014 e janeiro de 2015 a CNM realizou pesquisa junto aos gestores municipais para avaliar as principais dificuldades na prestação de contas anuais utilizando o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

A pesquisa contou com a participação de 3.607 entes municipais de todas as regiões do país (Tabela 1), analisando se os municípios brasileiros estão preparados para enviar suas contas anuais em 2015, referentes ao exercício de 2014, por meio da Declaração de Contas Anuais (DCA), que é a forma de prestação de contas que recebe o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Tabela 1 – Distribuição das regiões pesquisadas

Regiões	Quantidade de Municípios Pesquisados	Proporção dos Municípios da Região
Região Norte	147	32,67%
Região Nordeste	722	40,27%
Região Centro-Oeste	340	72,96%
Região Sudeste	1.275	76,44%
Região Sul	1.123	94,29%
Total	3.607	100,00%

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios

A partir da experiência da área técnica da CNM em contato com os gestores municipais, foram relacionadas cinco opções para identificar as principais dificuldades encontradas na utilização do Siconfi, cujos dados estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Quais as dificuldades enfrentadas pelo seu Município na utilização do SICONFI?

Preenchimento da planilha	1.269
Falta de técnico capacitado	910
Acesso à internet	497
Certificado digital	398
Outras.	295

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios

Observa-se que o preenchimento da planilha é a maior dificuldade apresentada pelos municípios para o preenchimento do SICONFI. Em 2014, a área técnica de Contabilidade Municipal desta confederação realizou mais de 1.000 atendimentos para sanar dúvidas a respeito do preenchimento das informações.

Outra dificuldade apontada refere-se à falta de pessoal técnico capacitado, que em parte pode ser minimizada com a leitura dos manuais e pelos vídeos tutoriais divulgados na página da Secretaria do Tesouro Nacional, acessando os links: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=24> e https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/noticia_list.jsf.

Cerca de 15% dos municípios pesquisados também relatam dificuldades de acesso à internet, o que dificulta o envio da Declaração de Contas Anuais – DCA. Uma recomendação é que o Município baixe a versão *off line* da Declaração, preencha os dados e procure um pólo de digitação mais próximo para que as informações sejam enviadas.

Mais de 10% dos municípios pesquisados ainda encontram dificuldades em obter a certificação digital exigida para o envio da DCA. Neste caso, os gestores municipais devem buscar alternativas, como a certificação digital disponibilizada pelo Ministério da Saúde para regularização do SIOPS.

Preenchimento do DCA

A maior parte dos Municípios pesquisados afirmou ser capaz de enviar as contas relativas ao exercício de 2014 por meio da DCA, contudo, mais de 30% dos municípios consultados ainda não haviam conseguido implantar o PCASP naquele ano, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Em 2014, seu Município conseguiu implantar o novo plano de contas (PCASP)?

Não ou em implantação	1.102	30,46%
Sim	2.461	68,22%
Não responderam	44	1,32%
Total	3.607	100,00%

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios

Neste sentido, vale ressaltar que, em 2014, muitos municípios entregaram suas contas com dados não factíveis ou até mesmo zerados, ainda que por meio da DCA. Uma futura pesquisa a ser realizada por esta entidade terá como objetivo verificar a qualidade das informações contábeis declaradas pelos municípios.

Uma dificuldade encontrada está no preenchimento das informações qualitativas da DCA, que deve ser associada às despesas de capital e receitas de capital executadas em 2014.

Preenchimento Online e Exportação de Dados

A partir de 2015, o Siconfi permitirá o preenchimento da planilha *on line* e também por meio da importação de dados. Além destas formas, será mantida a forma utilizada em 2014, onde os usuários baixavam a planilha para envio posterior (preenchimento *off line*).

Ressalta-se que o preenchimento por importação de dados exige que os sistemas contábeis municipais estejam prontos para realizar a transmissão das informações para o Siconfi. Para que isso se concretize, é necessário que a taxonomia do SICONFI esteja implantada nestes sistemas.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a taxonomia é uma camada de definição onde todos os elementos utilizados nos relatórios são definidos em esquema XML único, e deve ser adequada para representar toda a informação no âmbito Siconfi. A STN divulgou recentemente esta taxonomia, que ainda está em versão preliminar, e já pode ser acessada em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=362> .

Avaliação da utilização do SICONFI

Outro ponto alvo da pesquisa foi verificar como o Siconfi é avaliado pelos usuários. Neste sentido, a Tabela 4 apresenta os dados obtidos.

Tabela 4 - Na sua avaliação, como é o SICONFI quanto à operacionalização? - Brasil

Ruim	345	9,6%
Regular	1.236	34,3%
Bom	1.683	46,7%
Ótimo	180	5,0%
Não responderam	163	4,4%
Total	3.607	100,0%

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios

Pelos dados apresentados, observa-se que o SICONFI ainda precisa de avanços quanto à sua operacionalização, uma vez que 9,6% dos entes da amostra o avaliaram como “Ruim” e outros 34,3% como “Regular”. Contudo, como os usuários também apresentam dúvidas quanto ao preenchimento, reitera-se que a adequada capacitação dos usuários poderá contribuir para a melhor operacionalização do sistema.